

FAMÍLIA, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: lembrança de internos da Penitenciária Estadual de Maringá, Paraná, Brasil

Sonia Silva MARCON^a

Tatiane Sano FURUKAWA^b

RESUMO

A adolescência constitui fase crítica para o início da vida criminosa. Este estudo descritivo exploratório foi realizado na Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), Paraná, com o objetivo de identificar como a família é lembrada por internos de uma penitenciária. Os dados foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada, junto a 35 informantes selecionados por conveniência. Os resultados revelam que grande parte dos internos teve uma infância e adolescência difíceis, marcadas pela dificuldade financeira; mas foram poucos os casos em que a desestrutura familiar pode ser considerada como tendo participação efetiva na situação criminosa que veio a cercar a liberdade dos mesmos. Assim, urge a criação de estratégias e mecanismos de atuação por parte de diferentes setores junto a esta população com vistas a diminuir os índices de violência em nosso meio.

Descritores: Relações familiares. Adolescente. Criança. Características da família. Condições sociais.

RESUMEN

La adolescencia constituye una fase crítica para el principio de vida criminal. Este estudio descriptivo exploratorio se realizó en la Cárcel del Estado, en Maringá, Paraná, Brasil, con el objetivo de identificar cómo los internos en prisión evocan a la familia. Los datos han sido tomados a través de entrevista semiestructurada con 35 informantes seleccionados por conveniencia. Los resultados han revelado que gran parte de los internos tuvo una infancia y adolescencia difíciles, marcadas por las dificultades financieras, pero han sido pocos los casos en que la estructura familiar ha podido ser considerada como teniendo una participación efectiva en la situación criminal que llevó a la pérdida de la libertad de los internos estudiados. La adolescencia representó una fase crítica para el principio de vida criminal. Por consiguiente, urge la creación de estrategias y mecanismos de acción - por parte de diferentes sectores - dirigidos a esta población, con el propósito de reducir los índices de violencia en nuestro medio.

Descriptores: Relaciones familiares. Adolescente. Niño. Composición familiar. Condiciones sociales.

Título: Familia, infancia y adolescencia: evocación de los internos de la Cárcel del Estado, en Maringá, Paraná, Brasil.

ABSTRACT

Oftentimes a life of crime starts during adolescence, which represents a critical stage in a person's life. This exploratory descriptive study was conducted at the State Penitentiary of Maringá, Paraná, Brazil, with the objective of identifying how prison inmates recalled their families. The data was collected through a semi-structured interview of 35 informers selected by convenience. The results revealed that the vast majority of inmates had difficult childhoods and adolescences involving financial difficulties. Nevertheless, there were few the cases in which family lack of structure could be considered as being the cause of the criminal activities that ended up in prison. Therefore, is imperative that different sectors create strategies and mechanisms related to this risk population in order to reduce violence rates in our environment.

Descriptors: Family relations. Adolescent. Child. Family characteristics. Social conditions.

Title: Family, childhood and adolescence: inmates' family recollection in a Brazilian state prison.

^a Enfermeira. Professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil.

^b Enfermeira. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período de agosto de 2001 a julho de 2002. Mestranda em Enfermagem da UEM, Paraná, Brasil.

INTRODUÇÃO

O aumento da criminalidade é uma realidade nos pequenos e grandes centros e um problema de saúde pública, pois atinge indivíduos de todas as etnias, classes sociais ou religiões. Contudo, apesar de presente em toda a história da humanidade e em todas as classes, a violência, em suas diferentes manifestações, é uma construção social, pois a maneira de agir do ser humano tem como causa fatores individuais e sociais e não próprias da natureza humana, tampouco como herança biológica⁽¹⁾.

É enquanto construção social que percebemos que a família faz parte da sociedade, influenciando-a ou sendo influenciada pela mesma. Desta relação, pode originar um de seus fenômenos mais críticos: a desagregação⁽²⁾. Cabe salientar, no entanto, que se é construção social, é possível de ser modificada. Porém, não havendo intervenção externa, o ciclo da violência poderá reproduzir-se incessantemente, pois, via de regra, está associado a diversos fatores, como: desagregação familiar, má distribuição de renda, disseminação do uso de drogas ilícitas, alcoolismo, antecedentes psiquiátricos e o tráfico de armas⁽³⁾.

Assim, foi a possibilidade de histórico de desagregação familiar na infância e adolescência de internos de uma penitenciária que motivou o desenvolvimento do presente estudo. Isto porque é conhecido que o ambiente familiar é extremamente importante na estruturação da personalidade do indivíduo, no desenvolvimento dos relacionamentos sociais, tanto quanto na internalização de valores⁽²⁾.

A preocupação com os vários aspectos da existência humana, dentre eles a redução das diversas formas de desigualdades e injustiças que permeiam a sociedade, leva os profissionais de saúde a considerarem fundamental que as diferentes manifestações de doença e violência não atinjam essencialmente os meios socioeconômicos mais desfavorecidos.

Neste contexto, o estudo da violência em suas diferentes manifestações, tanto de suas conseqüências como de seus fatores desencadeantes, deve, indubitavelmente, constituir objeto de investigação pelos pesquisadores sociais e também pelos pesquisadores da área da saúde, surgindo daí o interesse em investigar lembranças de internos em uma penitenciária sobre a sua infância. Com este movi-

mento de olhar para a família, tentam-se compreender suas características, necessidades, expectativas, relações e ações para melhor apreender as diferentes maneiras e caminhos possíveis de serem adotados para cuidá-la.

Uma das maiores atribuições da família é o cuidado à saúde de seus membros, pois ela é primariamente responsável pelo desenvolvimento da maioria dos cuidados necessários à saúde, o que inclui tanto o ensinamento das práticas de cuidado à saúde, como também a garantia de suporte social durante a saúde e a doença⁽⁴⁾. No que se refere à saúde, assim como há a saúde de indivíduos, também existe a saúde da família. Os terapeutas familiares definem a família saudável como aquela que é livre de psicopatologias e que tem um ótimo funcionamento familiar⁽⁵⁾.

Diante do exposto e da problemática de violência nos dias de hoje, questiona-se: Os reclusos em presídios tiveram, em suas infâncias e adolescências, famílias cuja estrutura e organização lhes permitiu normatizar a vida e uma boa formação? Estes indivíduos pertenciam a famílias saudáveis? Para responder a tais questões, definiu-se como objetivo deste estudo identificar como a família, especialmente na infância e na adolescência, é lembrada por internos de uma penitenciária.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo exploratório que adotou os pressupostos do método quali-quantitativo no que concerne a seu esquema interpretativo. O estudo foi realizado na Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), sendo os dados coletados no período de outubro de 2001 a fevereiro de 2002, utilizando como técnica a entrevista semi-estruturada, e como referencial a "história de vida inacabada"⁽⁶⁾.

Os informantes foram 35 dos 380 internos da PEM, selecionados por conveniência: aqueles os quais um acadêmico de enfermagem e agente penitenciário sentiram segurança para a abordagem, receptividade e disponibilidade em lembrar sobre trechos de suas vidas. As entrevistas tiveram uma duração média de 50 minutos e foram realizadas individualmente, em ambiente reservado e em horário previamente acordado. Nessa ocasião, as respostas foram registradas manual e integral-

mente e, depois de lidas para os informantes, que concordavam com o seu conteúdo ou as complementavam e/ou corrigiam, quando necessário.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi um questionário aberto elaborado a partir dos objetivos do estudo, constituído de cinco partes: infância, adolescência, idade adulta, durante o internamento, perspectivas para o pós-internamento. O questionário foi submetido a uma avaliação aparente e de conteúdo por três *experts*.

Os dados quantitativos foram analisados através do emprego da estatística descritiva e os qualitativos, de forma interpretativa através de categorização por temas⁽⁷⁾. Para tanto, inicialmente, foi efetuada uma leitura flutuante e individual do conjunto de dados; em seguida, isto foi feito em grupo para captação das particularidades; e, finalmente, buscou-se identificar as características de cada situação.

A realização do estudo obedeceu aos preceitos da Resolução 196/96⁽⁸⁾, e o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição signatária (Parecer nº 015/2001). Todos os internos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e estão identificados com a letra "I" e um número arábico que indica a ordem de inclusão no estudo.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Percepções sobre a infância

Por mais difícil que seja a infância, trata-se de um período lúdico, o que é confirmado quando 14 internos denominam-na, como "boa". Outros ressaltaram que sentem saudades, apesar das muitas dificuldades econômicas enfrentadas. Por outro lado, 16 internos se lembram da infância como uma época marcada pela pobreza, o que os levou à necessidade de trabalhar muito (cinco internos) ou mesmo realizar trabalhos informais (três internos).

[...] *infância sofrida, com pouco dinheiro, mas deixou saudades* (I12).

A sociedade tem acompanhado o trabalho infantil por gerações, revelando sua incapacidade e a dos governantes para resolver este problema, cuja

omissão em relação a ações mais efetivas com vistas para melhor distribuição de renda e desenvolvimento na área assistencial transforma um período que deveria ser marcado pela aprendizagem, substituindo-o pelo caráter produtivo, na medida em que os recursos obtidos com o trabalho infantil somam-se aos necessários para a manutenção das condições mínimas de vida da família.

Muitas leis já foram promulgadas e outorgadas em relação ao trabalho infantil, porém, bem poucas cumpridas ou fiscalizadas. No Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é terminantemente proibido o trabalho de menores de 14 anos⁽⁹⁾. Entretanto esta não é a realidade em nosso país, pois o próprio Estado encontra maneiras de legitimar o trabalho infanto-juvenil, além de não exercer uma fiscalização eficaz. Além disso, observa-se que não há qualquer compromisso com o futuro das crianças, de modo que as ocupações que exercem aproximam-se muito do trabalho forçado, não exigem formação profissional adequada e não solicitam intelectualidade os jovens⁽¹⁰⁾. Conclui-se, portanto, que ao serem postas em prática sem o amparo de leis "adicionais", algumas determinações do ECA são incompatíveis com a realidade de uma grande facção da sociedade, repetindo o mesmo equívoco de leis anteriores, fato que não foi diferente para alguns dos detentos:

[...] *trabalhei muito, no Ceará eu vendia geladinho e doces* (I4).

Para cinco internos, no entanto, a dificuldade vivenciada na infância constituiu uma decorrência explícita da desestruturação familiar, referida como "abandono pelo pai", "separação dos pais", "perda de contato com os pais" e "saída de casa para morar com estranhos". Nestes casos, a família não serviu de apoio à criança e/ou adolescente e nem constituiu a influência mais poderosa em sua formação⁽⁴⁾. O termo "separação dos pais", nos mais diversos sentidos do vocábulo, envolve situações em que a imposição se destaca e este sentido se torna ainda mais rude e severo para os filhos, uma vez que, por mais que a lei e o divórcio sejam absolutos em suas determinações, não conseguem resolver o problema prioritário de uma separação dos pais, causando à criança além de danos materiais, danos morais, psicológicos e sociais:

[...] *minha família era pobre, meus pais se separaram, trabalhava desde cedo vendendo frutas e comecei a roubar cedo também* (I9).

Outro fator relatado com frequência é a presença do alcoolismo na família, este sendo usado como uma pseudo-solução de carências, tornando-se responsável pela destruição de diversas famílias, as quais passam a absorver do ambiente estímulos negativos, porém, aceitáveis em seu meio, gerando questões irreparáveis na vida do ser humano:

[...] *foi difícil, meu pai era alcoólatra, passei a roubar com sete anos, faltava dinheiro* [...] (I6).

[...] *minha infância foi muito triste, perdi meu pai ainda cedo, minha mãe era alcoólatra* (I33).

O alcoolismo é uma doença e vem se constituindo em um grande problema social, pois implica uma situação de dependência que leva a prejuízos físicos e/ou interpessoais, correlacionado à perda da liberdade de decidir quando e como beber⁽¹¹⁾. Em função de suas conseqüências, o alcoolismo tem sido identificado como importante fonte de desestruturação familiar, visto que em mais da metade dos casos de violência familiar, o agressor estava alcoolizado⁽¹²⁾, e existe um grande número de acidentes de trânsito e de ocorrências policiais relacionadas ao consumo de álcool⁽¹³⁾. Ademais, o alcoolismo constitui a terceira causa de absenteísmo no trabalho e também de concessão de auxílio-doença pela Previdência Social⁽¹⁴⁾, além de responder por 25% das internações em hospitais psiquiátricos⁽¹⁵⁾.

Outro agravante é o aumento acentuado do número de mulheres alcoolistas e o início cada vez mais precoce do uso de álcool por adolescentes⁽¹⁶⁾. Alguns estudos apontam uma relação de quatro a seis homens para duas mulheres alcoolistas e ressaltam que isto não corresponde à realidade, pois muitas mulheres não procuram ajuda para este problema e, quando o fazem, muitas vezes recebem o diagnóstico de depressão ou neurose, por estes serem mais condizentes com a condição feminina⁽¹⁷⁾.

Dentre os que definiram a infância como “péssima”, constatamos ser mais freqüente a relação direta com a situação econômica do que com a estrutura familiar,

[...] *minha infância foi péssima, tinha que trabalhar muito, pois a família era pobre* (I3).

[...] *foi péssima, faltava dinheiro e até comida* (I19).

[...] *péssima, família grande, sem pai e pobre* (I26).

A situação de pobreza vivenciada na infância dos internos em estudo, provavelmente, é a mesma vivenciada por muitas crianças nos dias atuais, pois a regra geral é a concentração da renda e da riqueza nas mãos de uma minoria, com a maior parte da população dividindo uma pequena parcela da renda nacional⁽¹⁶⁾.

Dos 35 entrevistados, a maioria (29 internos) passou a infância morando com os pais, quatro deles tinham o pai ausente, um morava com a mãe e avó e um com a mãe e o padrasto. Observou-se por estes dados que maioria das famílias era do tipo nuclear, isto é, formada pelo casal e seus filhos, o que, além de imprimir-lhes um caráter de organização familiar aceitável socialmente, também pressupõe maior facilidade no cumprimento das “tarefas” previstas para a família, decorrente, por exemplo, da divisão de atividades e responsabilidades em relação aos filhos.

Ainda em relação à organização familiar, constatou-se que a família da maior parte dos internos não era muito grande, pois residiam três a sete pessoas na casa. Contudo, três internos moravam em nove, dez e 11 pessoas, e outros três com 14 pessoas.

Ao referirem-se ao local onde viveram durante esta fase da vida, 15 internos destacaram o fato de que gostavam do lugar, e, nesses casos, usaram termos como “bom” e “legal”. Dez referiram que moravam na zona rural. Alguns definiram o lugar como “simples” e outros afirmaram ser um local muito pobre, qualificado por termos como “lugar precário” (I9 e I19), “favela” (I17, I25 e I30) e “sofrido” (I15). Verifica-se que o sonho de melhorar as condições de vida trouxe grande parte da população rural para a cidade, provocando o êxodo rural e todas as mazelas decorrentes como, por exemplo, a ocupação cada vez maior da periferia e em condições quase que subumanas.

[...] *morava numa vila, lugar sem saneamento, muito ruim* (I19).

[...] *morava num barraco de um quarto* (I25).

Na lembrança da infância, a maioria dos internos afirma que seus pais corrigiam suas tra-

vessuras, em alguns casos usando até mesmo da agressão física (nove internos), enquanto outros nunca batiam (sete internos), embora orientassem para não errarem mais. Um dos internos referiu fazer a maior parte de suas travessuras escondido; outro, ter tido várias passagens pela cadeia durante a infância (I6) e apenas dois deles afirmaram não terem sido corrigidos em suas artes (I25 e I33)

Os corretivos físicos constituem recursos educacionais e de formação freqüentemente adotados em muitas famílias, desfavorecendo o diálogo em seu interior. Algumas vezes, isto faz com que o castigo seja mais suportável que a indiferença, tida como o avesso da preocupação e da valorização, o que denota a existência de um ambiente pouco saudável, já que família saudável é aquela que tem equilíbrio de coesão, flexibilidade e uma comunicação funcional.

[...] *minha mãe não ligava muito pra mim* (I33).

As características mais freqüentes de uma família saudável são a comunicação e apoio mútuo entre os membros; respeito de um pelo outro; senso de unidade familiar, marcado por rituais e tradições; senso de humor e de responsabilidades partilhadas; ensinamento do que é certo e errado; equilíbrio de interação entre os membros; religiosidade; respeito pela privacidade do outro; demonstração de valores de ajudar o outro; tempo para conversar à mesa; partilha do tempo de lazer; e solicitação de ajuda quando está com problemas⁽⁴⁾.

A maioria dos entrevistados (24 internos) revela terem tido um relacionamento “bom, tranquilo, sem problemas” com a família durante a infância, sendo ressaltados relacionamentos “sem brigas” ou “com poucas discussões” e “família unida para romper as dificuldades”. Cinco internos revelaram que não tiveram um relacionamento muito bom com a família, um deles por ter que tolerar o padrasto, outro por ser o filho mais velho e não ter as mesmas regalias que os irmãos mais novos e três porque havia muita briga.

Embora, no momento, a família seja referida como principal alicerce para a recuperação de grande parte dos internos, percebe-se no relato de alguns que mesmo com o passar do tempo, eles continuam guardando mágoa, ressentimento que possibilita inferir sobre a intensidade e quantidade dos atritos familiares decorridos.

[...] *relacionamento triste, todo dia tinha uma briga lá em casa* (I26).

A família é um sistema em conflito e, como os outros grupos sociais, não tende naturalmente para um estado de equilíbrio, sendo a manutenção de consenso e a coesão problemática⁽¹⁷⁾. O conflito e a mudança social, portanto, são partes naturais da vida em família. Eles podem surgir por diferentes motivos e se manifestar de forma diversa. A ausência de expressão de conflito na família não pode ser interpretada como felicidade e satisfação de seus membros, sendo que a completa repressão do conflito implica em conseqüências negativas tanto para a unidade familiar como para seus elementos.

Percepções sobre a adolescência

Durante a adolescência, a grande maioria dos internos continuou tendo uma vida com condições semelhantes à da infância. Alguns, porém, revelaram mudança de ambiente – como expressas nas falas de I10 e I4 – ou mesmo afastamento da família de origem por motivos diversos, como exemplificam as falas de I7 e I3, sendo que, nos casos de I9 e I25 houve o abandono do pai e a fuga da mãe, respectivamente.

[...] *vendemos o sítio e fomos morar na cidade com uma cunhada* (I10).

[...] *com 17 anos já fui pai, e fui morar na casa da sogra com mais nove pessoas, cunhados e sobrinhos* (I4).

[...] *com 12 anos saí de casa, pra morar com estranhos, em outra fazenda, com mais seis pessoas, um casal e mais quatro filhos* (I7).

[...] *durante a adolescência perdi meu pai e minha mãe, continuei morando com os irmãos, mas a família já estava totalmente desestruturada, pois todos queriam mandar* (I3).

Na perspectiva interacionista, a família é vista como uma unidade de personalidades em interação, cada uma delas ocupando uma posição ou posições dentro da família para a(s) qual(is) um número de papéis são designados⁽¹⁶⁾. O indivíduo percebe normas ou expectativas de papéis para seus atributos ou comportamento, assegurados tanto individual como coletivamente pelos outros membros da

família⁽¹⁸⁾. Quando a distribuição de papéis não ocorre, a família tende à desestruturação, conforme percebido no último relato. Ressalta-se que a família só pode funcionar mediante as diferenças individuais que existem entre seus membros. Se elas são negadas ou desentendidas, ainda que isto ocorra por parte de um só membro do grupo, modifica-se a configuração essencial que condiciona a vida normal, criando-se um estado de confusão e de caos⁽¹⁹⁾.

Quando se investiga as atividades desenvolvidas, constata-se que 12 internos começaram a trabalhar ainda na infância, com início entre os seis e os nove anos, 14 deles, entre os dez e os 12 anos, e nove deles, entre os 15 e os 18 anos. Dentre os tipos de serviços realizados, destacam-se o trabalho “na roça” e o informal, ambos desenvolvidos por sete internos cada.

A origem do trabalho do menor, possivelmente, está relacionada à pobreza familiar, sendo que a inserção no mercado formal ou informal de trabalho surge como meio de auxiliar a sobrevivência da família⁽²⁰⁾. Apenas 15 internos referiram que o sustento da casa durante a adolescência foi mantido com o trabalho do pai, embora oito deles tenham referido que o pai administrava o dinheiro, que era proveniente do salário de todos.

[...] comecei a trabalhar por necessidade, queria ganhar meu dinheiro de forma certa (I6).

Os relatos permitem a percepção de que alguns começaram a trabalhar por cobrança dos pais, outros porque queriam uma independência. Um deles, porém, revelou que começou a trabalhar justamente para roubar:

[...] comecei a trabalhar por que necessitava de serviço, mas tinha a idéia de roubar a casa (I20).

A maioria dos entrevistados referiu que gostava do serviço, já que apenas cinco disseram que não gostavam e um, que detestava. No caso de 14 internos, o salário recebido era utilizado para ajudar nas despesas da casa: dez internos, no entanto, referiram que no início não recebiam salário, oito, com a permissão dos pais, gastavam o salário com doces, roupas e festas, e um deles mentia para os pais o quanto ganhava para poder gastar com o que quisesse.

Com o meu salário comprei um terreno e ajudava a família (I20).

Estes dados são coerentes com o que tem sido encontrado em outros estudos quando se investiga a época que os pais, principalmente os de outras gerações, acreditavam que os filhos deveriam começar a trabalhar. Para eles, o trabalho é uma forma de impor disciplina e de favorecer a aprendizagem, daí sua importância mesmo quando não existe salário.

O trabalho infanto-juvenil é um processo de adultização, em que o adolescente passa a ser o provedor ao invés de consumidor. No entanto, esta adultização nem sempre é acompanhada de um processo de amadurecimento psicológico, e isto poderá trazer-lhe prejuízos afetivos e intelectuais⁽²⁰⁾.

Em relação à educação escolar, quatro internos relataram que nunca estudaram. Daqueles 31 que estudaram, 17 afirmaram gostar de fazê-lo, porém, dentre eles, um relatou apresentar grande dificuldade em aprender, e outro, embora gostasse, relatou que não teve oportunidade. Os outros 14 referiram não gostar de estudar e apontaram a preguiça e a falta de incentivo como motivos.

Dos que estudaram, a maioria (21 internos) tinha um bom relacionamento na escola, pois faziam amigos com facilidade e gostavam dos professores, sendo que um deles fez referência ao fato de sempre ter tirado as melhores notas e de tomar conta da sala na ausência do professor (I4). Cabe destacar que três internos referiram não gostar dos professores, seja em decorrência da falta de compreensão, porque eram castigados por eles ou por ter com eles um relacionamento problemático.

A maioria dos internos (25) assevera que tiveram apoio da família para estudar, embora para três deles isto fosse interrompido por questões financeiras. Seis internos, afirmaram categoricamente que não tiveram apoio, sendo que quatro justificaram que, na época, os pais deram mais valor ao trabalho do que ao estudo.

Meu pai sempre falava que eu tinha mesmo é que trabalhar (I21).

Ao analisar os motivos referidos para a interrupção dos estudos, constatou-se que grande parte (13 internos) parou porque precisava ajudar a família, incluindo aquele que se tornou pai aos 17 anos. Destaca-se que a educação, entendida como meio de consolidação do direito ao trabalho, não pode secundarizar

o trabalho, e este, por sua vez, não pode ser visto como condição de estorvo ao processo educativo⁽²⁰⁾.

Os demais motivos apontados foram a falta de vontade ou incentivo, o entendimento de que estudar não dava resultado, a consideração do estudo como desimportante, o sentimento de revolta, o excesso de responsabilidade ou pela falta de gosto pelo mesmo. As más companhias (I11 e I20) e as drogas (I20, I23 e I25) também constituíram motivo para a interrupção dos estudos.

Alguns internos revelaram que foi na adolescência que começaram a roubar (I28, I30 e I33), usar drogas (I29 e I33) ou se envolver em brigas e confusões (I2, I13, I14, I17).

A condição de pobreza é um aspecto que atinge a maior parte das crianças de 5 a 17 anos de idade que trabalham no país: 23,3% delas pertencem a famílias do estrato de mais baixa renda (rendimento familiar mensal de até 25% do salário mínimo por pessoa)⁽¹⁶⁾. Parte deles compõe o contingente de menores abandonados com maiores chances de se tornarem infratores.

Olhando para trás, a maioria dos internos acredita que a influência da família em sua formação foi a melhor possível: “só ensinou o bem”, “incentivava a estudar e a trabalhar”. De forma geral, não transferem para a família a responsabilidade de estarem onde estão, nem dos delitos que cometeram. Em suas concepções, as famílias são responsáveis pelo que eles possuem de bom e justificam que aprenderam a parte má na rua, com más companhias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os internos da PEM em estudo, em sua maior parte, relatam terem tido uma infância boa, da qual têm saudades. Entretanto, a maioria definiu sua infância como difícil, marcada pelo trabalho infantil e a pobreza e, em alguns casos, também pela presença do alcoolismo, principalmente do pai.

Dos internos em estudo, a maioria vivia com a família de origem, constituída na sua maior parte por grande número de pessoas que mantinham um bom relacionamento. Alguns, porém, citaram que a infância foi uma fase marcada pela desestruturação familiar: separação dos pais e abandono. Apesar da lembrança de que as travessuras eram corrigidas até com excesso de severidade, a maioria também afirma que tinha o apoio e incentivo dos pais para estudar, embora muitos não gostassem de fazê-lo.

Diante do exposto, acredita-se que foram poucos os casos em que a família, e mais especificamente sua desestruturação, pôde ser considerada como tendo uma participação efetiva na situação criminosa que veio a cercar a liberdade dos internos em estudo. Isto porque as famílias, de forma geral, eram estruturadas com seus elementos adequados e ativos (pai, mãe, irmãos, avós), constituindo exceções os casos em que os internos, desde a infância, precisaram tornar-se responsáveis por si, em decorrência do fato de já serem vítimas do alcoolismo e abandono dos pais.

Assim, pode-se inferir que um dos motivos pela reclusão destes indivíduos pode ser atribuída à estrutura econômica e às condições de vida desde o tempo da infância, pois estas, impuseram a muitos, em momentos precoces e impróprios, a necessidade de submeterem-se a condições ruins de trabalho com o intuito de ajudar na renda familiar, retraindo-lhes o direito de estudar e de alcançar as oportunidades advindas do mesmo.

Qualquer intervenção referente ao fenômeno da violência é extremamente complexa, envolvendo aspectos políticos, sociais e econômicos, culturais e de segurança pública, entre outros, ultrapassando a esfera específica da saúde, no que tange ao atendimento clínico propriamente dito e exige uma parceria entre todos os profissionais diretamente ligados ao atendimento de crianças e adolescentes. Porém, buscar minimizar a violência em qualquer uma de suas manifestações constitui tarefa coletiva, cabendo a todos, inclusive aos profissionais de saúde, denunciar esta condição aos órgãos competentes, além de promover programas de informação para a comunidade que possibilitem identificar precocemente a população de risco e, com isso, diminuir as consequências provenientes da mesma, visando uma redução nas estatísticas de violência no país.

REFERÊNCIAS

- 1 Elsen I. A violência bate à porta. In: Luz AMH, Mancia JR, Motta MGC, organizadores. As amarras da violência: a família, as instituições e a enfermagem. Brasília (DF): Associação Brasileira de Enfermagem; 2004. p. 171-5.
- 2 Centa ML, Elsen I. Reflexões sobre a evolução histórica da família. Família, Saúde e Desenvolvimento 1999;1(1/2):15-20.

- 3 Rubim MAS. Enfermagem atrás das grades: a saúde dos presidiários [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2000.
- 4 Bomar PJ. Perspectives on family health promotion. Family Community Health 1990;12(4):1-11.
- 5 Vargas MA, Heckler S. Saúde, família saudável e criança saudável: concepções e relações das agentes comunitárias. Revista Gaúcha de Enfermagem 1999;20(2):37-49.
- 6 Biazoli-Alves ZMM, Caldana RHL. Práticas educativas: a participação da criança na determinação de seu dia-a-dia. Psicologia: Teoria e Pesquisa 1992; 8(2):231-42.
- 7 Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6ª ed. São Paulo: Hucitec; 1995.
- 8 Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde, Comitê Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF); 1997.
- 9 Presidência da República (BR). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília (DF); 1990.
- 10 Mello SL. Estatuto da Criança e do Adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica? Psicologia USP 1999;10(2):139-51.
- 11 Edwards G. O tratamento do alcoolismo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- 12 Guadagnin A. Alcoolismo e violência. In: Câmara dos Deputados, Comissão de Seguridade Social e Família. Alcoolismo & violência. Brasília; 2004. p. 9-11.
- 13 Diegues C. Tragédias inflamáveis. Veja 1998;31(49): 100.
- 14 Fridman IS, Pelegrin IL. Trabalho e drogas: uso de substâncias psicoativas no trabalho [dissertação]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 1994.
- 15 Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde Mental. Álcool e redução de danos: uma abordagem inovadora para países em transição. Brasília (DF); 2004.
- 16 Soares SSD. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004 [documento na Internet]. Brasília (DF): Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; 2006 [citado 2006 dez 16]. Disponível em: http://www.desenvolvimento-social.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/Seguei%20Soares_td_1166.pdf.
- 17 Nye FI, Berardo FM. Emerging conceptual framework in family. New York: Praeger; 1981.
- 18 Hill R, Hansen D. The identification of conceptual frameworks utilized in family study. Marriage and Family Living 1960;22:299-316.
- 19 Biasoli-Alves ZMM. Relações familiares. Texto & Contexto: Enfermagem 1999;8(2):229-41.
- 20 Oliveira BRG, Robazzi MLCC. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. Revista Latino-Americana de Enfermagem 2001;9(3):83-9.

**Endereço da autora/ Dirección del autor/
Author's address:**

Sonia Silva Marcon
Rua Jailton Saraiva, 526, Jardim América
87045-300, Maringá, PR
E-mail: ssmarcon@uem.br

Recebido em: 01/02/2007

Aprovado em: 24/09/2007